

AUTISMO, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIREITOS AUTISTAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Cíntia Costa Moraes

Mestranda. Veni Creator Christian University.

<https://orcid.org/0000-0002-6628-9324>

E-mail: cintiabiancajarly@gmail.com

Sandra Karina Mendes do Vale

Doutora.

<https://orcid.org/0009-0009-5684-8303>

E-mail: karinamendes2232@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N3-24>

RESUMO: O presente artigo tem como tema o autismo no contexto da educação inclusiva, com foco na garantia dos direitos das pessoas autistas. O objetivo do estudo foi investigar a produção acadêmica sobre autismo, educação inclusiva e direitos autistas, buscando identificar os primeiros estudos, as regiões com maior concentração de pesquisas, os subtemas abordados, principais teorias e metodologias utilizadas, bem como os resultados e lacunas existentes nas publicações entre 2013 e 2024. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura nos seguintes indexadores: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Portal de Periódicos da Capes e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). A análise resultou na identificação de 12 estudos que abordam diferentes perspectivas sobre a temática, destacando tanto os avanços obtidos quanto as dificuldades enfrentadas na efetivação da inclusão. Os resultados indicam que, embora haja esforços significativos em prol dos direitos das pessoas autistas, ainda são necessários mais debates, investimentos e políticas efetivas para garantir o acesso e a permanência desses sujeitos no ambiente educacional. Conclui-se que a luta pela inclusão de pessoas autistas é contínua e demanda o fortalecimento de práticas pedagógicas, políticas públicas e ações sociais comprometidas com uma educação verdadeiramente inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Inclusão. Direitos dos autistas.

AUTISM, INCLUSIVE EDUCATION AND AUTISTIC RIGHTS: A LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: This article addresses autism in the context of inclusive education, focusing on guaranteeing the rights of autistic individuals. The objective of the study was to investigate academic literature on autism, inclusive education, and autistic rights, seeking to identify the earliest studies, the regions with the highest concentration of research, the subtopics addressed, the main theories and methodologies used, as well as the results and gaps in publications between 2013 and 2024. To this end, a literature review was conducted in the following indexes: Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Capes Journals Portal, and the National Association of Graduate Studies and Research in Education

(ANPEd). The analysis resulted in the identification of 12 studies that address different perspectives on the topic, highlighting both the progress made and the challenges faced in implementing inclusion. The results indicate that, although significant efforts are being made to promote the rights of autistic individuals, further debate, investment, and effective policies are still needed to guarantee their access and continued participation in education. The conclusion is that the fight for the inclusion of autistic individuals is ongoing and requires the strengthening of pedagogical practices, public policies, and social actions committed to truly inclusive education.

KEYWORDS: Autism. Inclusion. Rights of autistic people.

INTRODUÇÃO

A inclusão é um direito assegurado por lei, e se integra aos direitos humanos. Na inclusão escolar o processo se dá através de lutas coletivas como de pais e familiares empenhados a garantirem um espaço adequado e diferenciado para seus entes que adquirem alguma deficiência, principalmente os que são portadores do TEA (Transtorno do Espectro Autistas).

O autismo é conceituado com um transtorno área do neurodesenvolvimento que afeta o desenvolvimento psicológico, social e o de comunicação, surgindo os movimentos repetitivos e restritivos, com isso o processo de intervenção é de suma importância, para que os mesmo desenvolvam habilidades referentes ao seus aprendizados (Camargo; Bosa, 2009; Miele; Amato, 2016; Assumpção Junior; Kuczynski, 2018, Evêncio; Fernandes, 2019).

Borba e Barros (2018) indicam que, quando se fala no transtorno do autismo, queremos dizer que existem graus ou níveis diferentes deste transtorno para cada criança. Ou seja, as crianças diagnosticadas com autismo podem apresentar dificuldades maiores ou menores dependendo do grau do transtorno manifestado. O DSM-V prevê três níveis de comprometimento (níveis 1, 2 e 3). O Nível 1 é o nível de menor comprometimento e o Nível 3 é o de maior severidade dos sinais.

As escolas se configuram como o lugar onde as crianças autistas podem participam do processo de ensino e aprendizagem. No entanto, enfrentam grandes dificuldades em relação a adaptação necessária que precisam, levando em consideração o espaço físico até a preparação de profissionais que trabalham com este tipo de público,

conforme evidenciamos nas pesquisas de Silva (2022), Martins e Camargo (2023), Santos *et al.*, (2023).

Em síntese, esses direitos devem ser respeitados e garantidos em diferentes esferas, seja social, política, econômica e educacional. No entanto, há evidências de que esse direito é violado (Costa; Fernandes, 2018) e acaba interferido no progresso da pessoa autista, cujo resultado se torna em desafios à sua convivência em sociedade.

Em relação a violação desses direitos Freitas (2022) afirmam que há lacunas a serem preenchidas para que o direito à educação seja efetivado, reafirmando assim a necessidade de diálogo, políticas públicas e investigações.

Ora, nesse cenário de desafios e para garantir os direitos dos autistas, começaram a surgir a criação e implementação de associações autistas, cujo objetivo é viabilizar a inclusão. Essa criação e implementação passou a contribuir significativamente para as pessoas autistas, pois além dos direitos, ocorrem rodas de conversas, reuniões, parcerias e orientações entre os associados e terceiros que se sensibilizam pelas causas dos autistas.

Nesse quesito, o interesse pela temática deste artigo, surgiu ao longo da minha experiência como mãe de autista e como professora da rede pública municipal, por identificar e vivenciar que os direitos que constam em leis são, na maioria das vezes, ainda violados na atualidade.

A sociedade ainda se apresenta carregada de preconceitos e sem empatias, muita das vezes excludente, e sem fornecimento de apoio aos pais no momento de descoberta do diagnóstico, inclusive profissionais que se recusam a trabalhar com eles (Oliveira, 2020).

Nesse sentido, este artigo tem por objetivo realizar uma investigação sobre o autismo, educação inclusiva e direitos autistas, baseado em estudos já publicados, a partir do ano de 2013 a 2024. Essa investigação, ajudará na compreensão sobre a referida temática, envolvendo ainda discussões em relação a inclusão e os direitos dos autistas.

Revelando a importância científica deste estudo, a cada estudo publicado novos saberes são postulados, e essa compreensão se faz necessária para o desenvolvimento

desta pesquisa. De modo social, essa pesquisa pode demonstrar à sociedade, o modo como os estudos dão visibilidade à temática do autismo direitos autistas e inclusão.

Nesse movimento, para essa investigação, realizaremos uma revisão de literatura, como metodologia, buscando estudos de 2013 a 2024. Especificamente, usamos textos que estavam indexados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Scientific Electronic Library Online (SciELO), no portal de Periódico da Capes e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Nesse contexto, optamos por sistematizar e organizar este artigo da seguinte maneira: metodologia do artigo, desenvolvimento (os quais serão apresentados por seção e categorias de análise) que são primeiros estudos, locais onde é mais pesquisado, subtemas associados, principais teorias, metodologias, resultados e lacunas. Por seguinte apresentamos as considerações finais.

METODOLOGIA

Realizamos a revisão de literatura, a partir da seleção e análise de estudos datados em 2013 a 2024. Esse método enfatiza a questão da temporalidade nas áreas temáticas, evidenciando, dessa forma, ideias novas, métodos com maior ou menor evidência na literatura especializada (Noronha; Ferreira, 2000).

Especificamente, usamos textos que estavam indexados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Scientific Electronic Library Online (SciELO), no portal de Periódico da Capes e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Os descritores usados foram: autismo, educação inclusiva e direitos autistas. E para facilitar a busca e combinar os termos usamos o operador AND. Os critérios de inclusão foram: a) estudos publicados no período de 2013 a 2024; b) estudos em língua portuguesa; c) estudos que possuem no título, nas palavras-chave ou no resumo, relação com os descritores usados; e d) estudos encontrados nos indexadores BDTD, Scielo, Portal de Periódico da Capes e ANPED.

Já os critérios de exclusão: a) estudos fora do período analisado; b) estudos em língua estrangeira; c) estudos que não possuem relação com os descritores selecionados; d) e estudos encontrados fora dos indexadores BDTD, *Scielo*, Portal de Periódico da Capes e ANPEd.

Considerando os critérios de inclusão e exclusão, encontramos 12 estudos, conforme o quadro 1. Os quais estão identificados por título e base de dados. Dessa forma na base de dados Scielo selecionamos 1 estudo, na BDTD 5, no portal de periódico da capes 4 e na ANPEd 2.

Quadro 1 – Estudos encontrados.

Scielo	BDTD	Portal de periódico da capes	ANPEd
Autismo, Narrativas Maternas e Ativismo dos anos 1970 a 2008.	Autismo: o acesso ao trabalho como efetivação dos direitos humanos; Transtorno do Espectro Autista: Assistência educacional em associações de pais e amigos dos excepcionais do interior de Paulista; O espaço da participação e a cidade no cotidiano de famílias de pessoas com autismo; O direito à educação dos autistas e novas formas de suplicio; Inclusão educacional de estudantes com transtorno do Espectro autista (tea) do ensino fundamental no município de Presidente Getúlio – SC.	Narrativas de mães de crianças autistas a respeito das primeiras experiências escolares na educação infantil; Transtorno do Espectro Autista: a trajetória, desafios, necessidades e conquistas de direitos de crianças autistas na educação básica; Identificação e Inclusão de Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos Primeiros Anos Escolares: Uma Revisão de Literatura; A silenciada inclusão escolar de pessoas com deficiência (autismo) sob um olhar cultural.	Vivências de pessoas com autismo que concluíram o Ensino superior em Porto Velho/Ro: uma investigação à luz da defectologia de Vigotski; Criança com transtorno do espectro do autismo na educação Infantil: pontos e contrapontos entre a normativa legal e as Políticas públicas educacionais inclusivas.
TOTAL: 12			

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Tais estudos, passaram pela análise de verificação, relativos aos critérios de inclusão e exclusão, leitura e elaboração de um resumo e anotações. Com a intenção de melhor organizar a escrita deste artigo, organizamos os textos por pastas e por ano de publicação.

Após essa organização e escrita, realizamos a análise dos dados por indexador e em seguida comparamos os estudos, para constatar as aproximações, distanciamentos, lacunas, resultados e contribuições.

Essa organização auxiliou na nossa escrita e levou a compreensão dos estudos, possibilitando assim o desenvolvimento deste artigo, e quais os esquemas de interesse: como o exemplo autismo, direitos autistas e inclusão, no período citado.

O QUE OS ESTUDOS EVIDENCIAM?

Essa seção será destinada à descrição dos resultados, assim como discussão das seguintes categorias: primeiros estudos, locais onde é mais pesquisado, subtemas associados, principais teorias, metodologias, resultados e lacunas. Salientamos que, os dados serão descritos em sua integralidade, sem mudanças ou inserções.

O modo como dispomos a discussão destas categorias nos permite realizar um esforço de seleção, organização e categorização dos dados obtidos, com o intuito de realizar um trabalho crítico reflexivo frente a nosso objeto de estudo.

Esse olhar crítico reflexivo, faz se necessário, pelo fato do campo da educação e educação inclusiva apresentarem mudanças constantes, nesse processo, a vontade de fazer o melhor para o aperfeiçoamento de nossas práticas, há um esforço incansável dos envolvidos nas causas de pessoas com deficiência, levando ao reconhecimento futuros, com a intenção de atender as necessidades do processo de ensino-aprendizagem do aluno, visando uma formação de um sujeito resiliente, buscando uma formação contínua, respeitando o mundo vivido do aluno, juntamente com a inclusão escolar.

PRIMEIROS DOS ESTUDOS SOBRE O TEMA E LOCAL

O quadro 2, abaixo, descreve o local e a data de publicação dos estudos, na tentativa de enunciar os primeiros estudos publicados, além de sua progressão cronológica. Justificamos a necessidade de representação da data de publicação dos estudos, para melhor compreensão do leitor sobre a referida categoria.

Quadro 2 – Data de publicação dos estudos.

Scielo	BDTD	Portal de Periódico da Capes	ANPEd
2020	2013 - 2014 - 2019 - 2019 - 2020	2020 - 2022 - 2023 - 2024	2023 - 2023

Fonte: elaborado pelas autoras.

O quadro 2, anuncia que em 2013 e 2014 foram encontrados os primeiros estudos, que abrangesse nossos critérios de inclusão e exclusão. O que é interessante, por que, segundo Monteiro e Silveira (2024) o autismo passou a ser considerado uma deficiência em 2012. Com isso, considera-se que, as publicações datadas em 2013 e 2014, ocorreram um após a consideração do autismo como deficiência.

Após esse período, encontramos estudos nos anos consecutivos, inclusive mais de 1 estudo, a partir de 2019, demonstrando a importância da circulação destes, em distintos períodos. Outro dado que o quadro 2 revela é somente 1 artigo publicado no indexador *Scielo*, considerando nos descritores, o que aos nossos olhos, parecem escassos, já que ocorre grande circulação de publicações nesse espaço.

Já na ANPEd, observa-se uma tímida presença de trabalhos sobre nossa temática, isso nos preocupa, considerando a dimensão desse evento, que abrange pessoas de diversos lugares e instituições. Sendo um espaço propício para o debate sobre essa temática, que se faz importante para a inclusão e educação.

Já o indexador BDTD foi o qual teve maior índice de estudos publicados, significado que nos programas de pós-graduação, a temática autismo e inclusão é constantemente projetada. O que favorece o campo da educação, da educação inclusiva e da pesquisa. Em sequência, o Portal de Periódico da Capes, ficou em segundo colocado, com quatro artigos mapeados.

No que se refere aos locais de publicação, identificou-se que as regiões dos estudos selecionados foram: Sudeste (8), Nordeste (1), Norte (2) e Sul (1). A região de destaque nos estudos selecionados foi a região Sudeste, seguido da região Norte com 2 estudos. Já a região Nordeste e Sul tiveram apenas um estudo selecionado. Ora a região Centro-Oeste, não foi identificada em nosso estudos.

CATEGORIA DE ANÁLISE SUBTEMA E METODOLOGIA

Os estudos encontrados, correspondem a área da educação e da educação inclusiva. Considerando os nossos descritores e indexadores. Ora tem momentos em que essas duas áreas, se integram em um estudo, por serem de caráter interdisciplinar. De acordo com Santos, Teixeira e Bringel (2023) no dia a dia, nos deparamos com alunos com diferentes tipos de aprendizagens, entre outros o autismo, o qual requer conhecimento mais amplo para uma prática mais coerente. Demarcando assim, a importância de integração dessas duas áreas.

A priori, a necessidade de relacionar as duas áreas de conhecimento é um ponto chave que deve ser considerado neste artigo, pois, a compreensão da discussão que orientam a prática educativa inclusiva e os direitos dos autistas, são aspectos cruciais dos estudos publicados. Seja pensando no desenvolvimento das habilidades e competências propostas no currículo escolar ou para o trato do estilo de vida pessoal.

Os subtemas dos estudos têm relação com o objeto de pesquisa que está sendo pesquisado. Sendo possível verificar subtemas que trabalhe os direitos e conquistas de crianças autistas na educação (Paiva et al., 2024); narrativas de pais e responsáveis de autistas (Lopes, 2020; Tambara e Furlanetto, 2022); inclusão na escola (Godoy e Lima, 2020; Santos, Teixeira e Bringel, 2023) assistência educacional (Catan, 2019); participação da família (Machado, 2014).

Podemos verificar a interligação entre esses subtemas e que todos os estes estão direcionados a educação e inclusão. Se complementando e delineando conhecimentos mais aprofundados sobre o objeto de pesquisa, do estudo. O que implica em muitas mudanças na escola, abrangendo o currículo, a forma como a avaliação é realizada, além disso precisa complementar a formação do professor que muitas vezes é insuficiente para atender ao aluno autista (Madureira, et al., 2022).

Ao verificar a metodologia que os estudos utilizaram, nos deparamos com as seguintes: análise documental, revisão bibliográfica, pesquisa qualitativa – entrevistas e pesquisa de campo. Podemos inferir que temática autismo, inclusão, direitos e associação pode ser realizada metodologicamente em diferentes âmbitos.

E podem ser inclusive, mistas, que é a junção de duas ou mais metodologias. E a técnica de coleta de dados pode ser diversa, conforme vimos, entrevistas, questionários, narrativas, autobiografias e observações. Quanto a abordagem, vimos duas predominantes qualitativa e quantitativa, em algumas vezes nos deparamos com a junção destas.

É importante destacar que a técnica de coleta de dados por autobiografia, teve recorrência em mais de dois textos (Lopes, 2020; Santos, 2020; Tambara e Furlanetto 2022) pois foram textos que deram visibilidade a voz de mães, professores e dos próprios autistas. A autobiografia tem a intenção de relatar a história de vida de algum indivíduo.

De acordo com Santos e Torga (2020, p. 119) a autobiografia possibilita um entrecruzamento entre sentidos, memórias e vivências em uma relação de ressignificação sob a luz do que o sujeito não só foi como agora é. Indo além do momento do diálogo, possibilitando recordações e busca ativa por saberes vivenciados por essa pessoa.

CATEGORIA DE ANÁLISE POR EPISTEMOLOGIA E AUTORES

Nessa categoria, percebemos que a epistemologia e autores, estão ligados a inclusão ou possuem correlação com esta. De modo que é possível constatar, a frequência de alguns como: Mantoan, que têm uma larga produção acadêmica nas áreas de Educação Especial e Inclusão Escolar ocupando um espaço de destaque entre os principais pesquisadores brasileiros na área (Alves; Araújo, 2017).

A autora é pedagoga brasileira e têm publicado vários livros, artigos, trabalhos, palestras e congressos. Uma pesquisadora de marco que busca compreender o contexto das diferenças. Para essa autora as escolas no contexto inclusivo, atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (Mantoan, 2003).

Uma outra autora, que também é de destaque nos estudos e busca a Compreensão do autismo, inclusão na educação é a Mayra Gaiato. É especialista na área, e se dispõe a orientar pessoas sobre o autismo, em relação a distintos fatores.

Além destas, têm-se a autora Silvia Ester Orrú, citado no texto de Santos, Teixeira e Bringel (2023) que vincula estudos sobre autismo e o processo de aprendizagem. Já lançou vários livros, artigos e outros trabalhos sobre a temática autismo.

Em um dos estudos catalogados (Lopes, 2020), identificou-se, um estudo no indexador *Scielo* que adota a perspectiva feminina, como epistemologia, para discussão de seu objeto de pesquisa. Usando como base teórica vários autores que buscam refletir sobre a temática, e relacionaram com questões relativas ao ativismo materno no autismo.

Lopes (2020, p.524) ainda reafirma a necessidade de destaque a perspectiva feminina, pois:

Tendo em vista a longa trajetória política das mães de autistas no Brasil, e as lacunas ainda existentes acerca da história dessas mulheres, destacamos a importância de estudos que abordem o protagonismo dessas mulheres e explorem a multiplicidade das experiências, uma vez que, ainda que todos possam ser consideradas “mães de autistas”, várias questões - tais quais étnico-racial, classe social, deficiência, região em que mora etc. - podem interferir significativamente na experiência dessas mulheres em relação à maternidade.

Outro autor, que constatamos nos estudos, citado por Santos (2020) é o filósofo Michel Foucault, cuja epistemologia está baseada nas relações de poder, pensando no campo da inclusão, projetada especialmente para o autismo. Este texto em especial, busca projetar a contradição entre direito e justiça, a partir das bases do referido teórico.

Já em um de Teixeira e Castro (2023) publicados na ANPED, identificou-se a Teoria Histórico - Cultural, especialmente baseada no autor Vygotsky. Cujas epistemologia é baseada na interação, linguagem, contexto e comunicação, aspectos estes do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, podemos identificar que a nossa temática recebe contribuições oriundas de diversos autores, isso é um elemento positivo, pois demonstra a preocupação científica com o autismo e inclusão. E tentativa dos autores em correlacionar a temática autismo com autores de diferentes áreas de estudo.

CATEGORIA DE ANÁLISE POR RESULTADOS E LACUNAS

Nessa categoria, discorreremos os resultados e lacunas, identificadas nos estudos mapeados, bem como o desenvolver de reflexões e possíveis apontamentos, a partir daquilo que vem sendo posto pelos autores. É importante ressaltar que os resultados e lacunas serão discutidos por aproximação e não por ordem cronológica de data por publicação.

A pesquisa de Lopes (2020), sinaliza que apesar de se estudar muito sobre o autismo, o mecanismo que leva ao transtorno, não é totalmente entendido. Gerando inúmeros questionamentos, isso talvez por conta da individualidade do sujeito e suas características genéticas.

De acordo com Albuquerque (2023) diversos agentes, como por exemplo, os próprios autistas, profissionais, acadêmicos, gestores e outros ativistas têm fomentado vastos debates fundamentados em distintas concepções a respeito dos prováveis fatores etiológicos, das metodologias supostas e, hipoteticamente, eficazes de tratamento, da descrição nosográfica do transtorno. Na tentativa de encontrar um conceito e uma compreensão para o TEA.

Em consonância os estudos de Tambara e Furlanetto (2022) dispõe que as preocupações das mães atípicas são intensas, pois não saberão como seus filhos irão ser cuidados quando estas partirem para a eternidade e ainda, como seus filhos serão tratados na escola. Com isso, percebe-se as dificuldades que as mães possuem, seja de insegurança, falta de suporte e demais ocorrências que podem surgir ao longo destes processos.

Podemos mencionar que essas preocupação, pode ser por conta da existência de resistência por parte de instituições e até mesmo de professores em não saber trabalhar com esse público (Paiva *et al.*, 2024). Desse modo Santos, Teixeira e Bringel (2023) predispõe que vemos a necessidade de a escola ter profissionais de apoio qualificados e dedicados para que de fato a inclusão aconteça.

Inclusive por segundo Godoy e Lima (2020), existe pouca relação das concepções teóricas dos professores e suas práticas. Demonstrando uma lacuna em relação àquilo que se faz em sala de aula e isso reflete no desenvolvimento dos alunos e consequentemente

em possíveis fracassos e evasão escolar. O que requer práticas acolhedoras que sejam condizentes com a realidade dos alunos.

Em colaboração Madureira *et al.*, (2022) destaca em sua pesquisa, que a inclusão ainda é um desafio a ser superado por muitos professores e que essa percepção de não credibilidade, de que é um desafio a inserção dos alunos em classes regulares. Ou seja, é necessário mudanças no sentido de pensar e incluir, também por parte dos professores.

Silva (2013) ao analisar autismo trabalho e direitos humanos, percebeu lacunas na legislação, entraves legais, a criação de políticas públicas para a inclusão das pessoas com autismo e para a elaboração de programas de responsabilidade social. Logo gera preocupações e inquietações, pois há evidências de que o AEE é pouco abrangente (Catan, 2019).

Por sua vez, Machado (2014) sistematiza a participação das famílias de autistas aos direitos na sociedade, porém a relação da família com o contexto histórico social precisa desse olhar para futuras pesquisas. Nesse viés Santos (2020) ressalta que há necessidades de criação das associações para efetivar os direitos de pessoas autistas na sociedade.

Nesse sentido, Meneghelli (2019) sintetiza que trajetória escolar de estudantes com autismo passou por diferentes processos. Nesse ponto Teixeira e Castro (2023) verificaram que as relações com os familiares se constituíram no fator determinante para que os participantes obtivessem sucesso escolar.

Revelando a necessidade da família se inserir no contexto escolar, auxiliando o processo de ensino-aprendizagem da criança autista. A não participação destas, pode influenciar negativamente no progresso do aluno, conforme mencionado pelos autores.

A família então deve ser vista constituinte do trabalho e planejamento educacional (Castro; Regattieri, 2009) pois a família traz contribuições relevantes acerca da rotina do estudante e a escola auxilia no ensino e aprendizagem (Silva; Sales; Contente, 2020).

Em relação a esse contexto familiar Serra realizou uma pesquisa em 2010 e identificou que vários familiares apontam fragilidades na inclusão educacional que

reforçam a necessidade da interlocução de diversas políticas públicas para a oferta de uma escola inclusiva promotora de desenvolvimento e aprendizagem.

Em adição Viera (2023) pressupõem mais estudos a fundos de políticas públicas educacionais que envolvam ações, projetos, para que de fato a inclusão seja efetivada em diferentes espaços, auxiliando na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Os estudos dessa categoria, ainda evidenciam a questão do diagnóstico do autismo, como uma questão importante no processo. Conforme Steffen *et al.*, (2019) é de suma importância a necessidade de maior concentração de esforços para que o diagnóstico e o tratamento do autismo ocorram de maneira cada vez mais precoces, pois quanto mais tardia a percepção do autismo, mais consolidados estarão os sintomas.

Em síntese, essa categoria evidencia a compreensão de que muitos aspectos precisam ser revistos, seja em relação a legislação, seja em relação a escola ou no próprio contexto familiar. A fim de que, os autistas tenham seus direitos assegurados e que uma nova perspectiva seja atribuída no contexto familiar, pessoal e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, buscou-se compreender o autismo, educação inclusiva e direitos autistas, com a justificativa científica de entender a temática e o que vem sendo abordado. Assim como identificar, primeiros estudos, locais onde é mais pesquisado, subtemas associados, principais teorias, metodologias, resultados e lacunas.

Em nossas análises, identificou-se 12 estudos, os quais abordam diferentes temáticas sobre nosso objeto de pesquisa, a fim de debater sobre a inclusão dos autista como um direito. Destacando a narrativa de pais e responsáveis, assim como de docentes, conforme as categorias de análise.

Nossos dados ainda demonstraram que os primeiros estudos sobre autismo, educação inclusiva e direitos humanos foram encontrados em 2013 e 2014 e a região de maior destaque nas pesquisas é a Sudeste. Interessante sinalizar que a região Norte,

apresentou 2 estudos, evidenciando uma tímida produção sobre nossos dados, isso considerando os descritores e critérios de inclusão e exclusão.

Ademais, nossos dados, explicitam os desafios que os autistas encontram, no que se refere aos seus direitos. Nesse ponto, concordamos com Santos, Teixeira e Bringel (2013) ao afirmar que a inclusão não se dá apenas por garantir a matrícula desses estudantes e sua permanência na escola. Incluir é garantir condições de aprendizagem, interação social, respeito, dignidade, diversidade e igualdade de oportunidades para todos.

Desse modo, fica evidente a importância das discussões que envolvem o autismo, inclusão e direito do autismo, em caráter multidisciplinar, ou seja, envolvendo as diferentes esferas da sociedade. Já que a luta pelos direitos da pessoa autista é constante e requer diálogo, investigação e conexões, na área da educação e educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. J. L. ARAÚJO, T. N. Entrevista com maria Teresa Eglér Mantoan: Educação especial e inclusão escolar. **Educação artes e inclusão**, V 13. Nº 02. 2017.
- ALBUQUERQUE, N. M. A. **Transtornos do espectro do autismo no âmbito das políticas públicas de saúde**. 2023. 75f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Família). Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral – CE, Sobral, 2023.
- ANDRADE, R. B. **Estereótipos e preconceito contra pessoas com transtorno do espectro autista**. 2022. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.
- ASSUMPÇÃO JUNIOR, F. B. KUCZYNSKI, E. **Autismo: conceito e diagnóstico**. Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista. Tradução . Curitiba: Appris, 2018.
- BORBA, M. M. C.; BARROS, R. S. Ele é autista: como posso ajudar na intervenção? Um guia para profissionais e pais com crianças sob intervenção analítico comportamental ao autismo. **Cartilha da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC)**, 2018.
- CAMARGO, S. P. H; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicol. Soc.**, Florianópolis , v. 21, n. 1, p. 65-74, Apr. 2009.
- CASTRO, J. M; REGATTIERI, M. **Interação Escola família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.
- CATAN, J. C. C. **Transtorno do espectro autista**: assistência educacional em associações de pais e amigos dos excepcionais do interior paulista. 2019. 65 f. Dissertação Mestrado - Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2019.

COSTA, M. M. M; FERNANDES, P. V. Autismo, cidadania e políticas públicas: as contradições entre a igualdade formal e a igualdade material. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 13, n. 2, p.195-229, ago. 2018.

EVÊNCIO, K. M. M. FERNANDES, G. P. História do Autismo: Compreensões Iniciais. **Id on Line Rev. Mult. Psic.** V.13, N. 47, p. 133-138, 2019.

FREITAS, G. S. O autismo e o direito à educação. **Revista Direito & Consciência**, v. 01, n. 01, julho, 2022.

GODOY, M. G. G; LIMA, A. X. A silenciada inclusão escolar de pessoas com deficiência (autismo) sob um olhar cultural. **Cadernos CERU**, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 2, p. 110–124, 2020.

GUEDES, M. A. F. Contexto sociofamiliar e Transtorno do Espectro do Autismo no Município de Rio das Flores. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, v. 17, n. 50, p. 1-12, 2022.

LOPES, B. A. Autismo, Narrativas Maternas e Ativismo dos Anos 1970 a 2008. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.26, n.3, p.511-526, Jul.-Set., 2020.

MACHADO, M. F. L. **O espaço da participação e a cidade no cotidiano de famílias de pessoas com autismo**. 2014 240 f.: il. Dissertação Mestrado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MADUREIRA, N. L. V. et al. Práticas pedagógicas para alunos com TEA: estado da arte em dissertações brasileiras dos últimos dez anos. **Nova revista amazônica** - volume x - nº 02 - novembro 2022.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: editora Moderna , 2003.

MARTINS, J. S. CAMARGO, S. P. H. A adaptação de crianças com autismo na pré-escola: estratégias fundamentadas na Análise do Comportamento Aplicada. **Rev. bras. Estud. pedagógicos.**, Brasília, v. 104, e5014, 2023.

MENEGHELLI, P. R. D. **Inclusão educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) do ensino fundamental no município de Presidente Getúlio**. Dissertação - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2019.

MIELE, F. G. AMATO, C. A. H. Transtorno do espectro autista: qualidade de vida e estresse em cuidadores e/ou familiares - revisão de literatura. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.16, n.2, p. 89-102, 2016.

MONTEIRO, A. V. B. SILVEIRA, A. F. Transtorno do espectro autista: estado da arte das publicações científicas brasileiras no ensino de ciências/física. **Anais, CINTEDI – V Congresso Internacional de Educação inclusiva e V Jornada Chilena brasileira de Educação inclusiva**, 2024.

NORONHA, D P.; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, B. S.; CONDÓN, B. V.s; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**, Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, F. L. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020.

OLIVEIRA, A. F. T. M. SCHMIDT, C. Bullying e Transtorno do Espectro Autista (TEA): o que nos revelam as autobiografias? **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 49, e251469, 2023.

PAIVA, L. O., et al. Transtorno do Espectro Autista: a trajetória, desafios, necessidades e conquistas de direitos de crianças autistas na educação básica. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 7, n. 14, p. e14892, 2024.

SANTOS, Y. S. TEIXEIRA, V. R. L BRINGEL, M. F. A. Identificação e Inclusão de Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos Primeiros Anos Escolares: Uma Revisão de Literatura. **Id on Line Rev. Psic.** V.17, N. 68, p. 412-429, Outubro/2023.

SANTOS, Y. A. B. TORGA, V. L. M. Autobiografia e (re)significação / Autobiography and (Re-) Signification. **Bakhtiniana**, São Paulo, 15 (2): 119-144, abril/jun. 2020.

SANTOS, S. A. **O direito à educação dos autistas e novas formas de suplício**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

SANTOS, A. M. et al. Inclusão da criança autista em sala de aula. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.9.n.05. mai. 2023.

SERRA, D. Autismo, família e inclusão. **Polêm!ca**, v. 9, n. 1, p. 40 – 56, janeiro/março 2010.

SILVA, A. C. M. **Autismo**: o acesso ao trabalho como efetivação dos direitos humanos. 2013. 203 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013.

SILVA, K. S. SALES, E. R. CONTENTE, M. P. A relação família e escola no processo educacional de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA) em aulas de matemática. **EBR – Educação Básica Revista**, vol.6, n.2, 2020.

SILVA, J. C. **Os Desafios para a Inclusão de Crianças com Autismo na Educação Infantil**. Artigo. Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – UNICEPLAC. Gama, 2022.

STEFFEN, B. F. et al. Diagnóstico precoce de autismo: uma revisão literária. **RSM – Revista Saúde Multidisciplinar** 2019.2; 6ª Ed.

TAMBARA, M. P; FURLANETTO, E. C. Narrativas de mães de crianças autistas a respeito das primeiras experiências escolares na Educação Infantil. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 15, n. 00, e022024, 2022.

TEIXEIRA, K. B. S. CASTRO, R. F. Vivências de pessoas com autismo que concluíram o ensino Superior em Porto Velho/RO: uma investigação à luz da Defectologia de Vygotsky. Resumo Expandido - **Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd** (2023).

VIEIRA, G. L. Criança com transtorno do espectro do autismo na educação Infantil: pontos e contrapontos entre a normativa legal e as Políticas públicas educacionais inclusivas. Resumo Expandido - **Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd** (2023).

Submissão: março de 2025. Aceite: abril de 2025. Publicação: julho de 2025.